



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.



ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos resultados	6
Balanço patrimonial (Ativos)	7
Balanço patrimonial (Passivo e Patrimônio Líquido)	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas	9
1 Contexto, base de preparação e outras informações	9
1.1 Informações gerais.....	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis.....	12
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	12
2 Principais informações financeiras	12
2.1 Resultado do exercício.....	13
2.2 Ativos e passivos financeiros.....	16
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	27
2.4 Patrimônio líquido.....	31
3 Estimativas críticas e riscos	31
3.1 Estimativas críticas e julgamentos.....	31
3.2 Gestão de riscos.....	32
4 Itens não reconhecidos	34
4.1 Contingências.....	34
5 Outras informações	35
5.1 Transações com partes relacionadas.....	35
5.2 Seguros.....	35
6 Principais práticas contábeis adotadas	36
6.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	36
6.2 Imobilizado.....	36
6.3 Intangível.....	36
6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”).....	37
6.5 Empréstimos e financiamentos.....	38
6.6 Provisões.....	38
6.7 Tributação.....	38
6.8 Outros ativos e passivos.....	40
6.9 Reconhecimento de receita.....	40
6.10 Instrumentos financeiros.....	40
6.11 Passivo de arrendamentos.....	40
6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente.....	41
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	41

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 F – RJ

Assinado por:

7017104222064EF
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC 086312/O-6 T-RJ

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(15.695)	(1.773)	(7.763)	3.844
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais					
Resultado em equivalência patrimonial	2.3.3	16.621	2.643	-	-
Resultado financeiro - Provisão de Juros	2.1.3	-	-	28.309	25.796
Depreciação e amortização	2.1.2	-	-	14.991	14.575
Ajuste a valor presente	2.1.3	-	-	459	421
Penalidades contratuais - reversão/provisão	2.1.1	-	-	42.147	22.994
Recalculo de penalidades pagas - atualização financeira	2.2.10	-	-	-	2.189
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.1.3	-	-	1.008	2.473
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.2.4	-	-	2.247	-
Rendimentos Aplicações financeiras	2.1.3	(1.023)	(952)	(16.296)	(10.946)
Sinistro - impacto no resultado		-	-	-	-
Provisão para contingências fiscais		-	-	-	(25)
Provisão custo de administradores		-	-	-	-
Diminuição (aumento) nos ativos					
Contas a receber		-	-	(6.410)	(1.803)
Indenização a receber		-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	2	286	388
Despesas antecipadas		-	-	1.332	(103)
Impostos a recuperar		211	(271)	(88)	(706)
Outros ativos		-	-	(2.591)	(339)
Aumento (diminuição) nos passivos					
Fornecedores		16	2	(1.233)	527
Obrigações fiscais e trabalhistas		(541)	149	(1.427)	(790)
Fornecedores - partes relacionadas		-	-	192	548
Penalidades contratuais – pagamento	2.2.10	-	-	(6.425)	(7.673)
Recursos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais		(411)	(200)	48.738	51.370
Juros pagos sobre financiamento	2.2.8	-	-	(13.047)	(14.303)
Juros pagos sobre debentures	2.2.9	-	-	(3.776)	(4.175)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(158)	(4.986)	(5.152)
Recursos líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(411)	(358)	26.929	27.740
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento em investimentos		(2.885)	(831)	-	-
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários		1.023	952	2.052	(1.007)
Aquisições de imobilizado	2.3.1	-	-	(160)	(593)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento		(1.862)	121	1.892	(1.600)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Pagamento debêntures	2.2.9	-	-	(8.600)	(5.592)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	(19.809)	(18.012)
Passivo de arrendamentos	2.2.11	-	-	(1.173)	(1.128)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento		-	-	(29.582)	(24.732)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(2.273)	(237)	(761)	1.408
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.2.2	9.142	9.379	15.962	14.554
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(2.273)	(237)	(761)	1.408
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.2.2	6.869	9.142	15.201	15.962
Transações que não afetaram caixa:					
Passivo de arrendamento	2.2.11	-	-	(362)	(472)
Baixa de valores prescritos	2.1.2	-	-	(139)	311
Ajuste imobilizado		-	-	(18)	-

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Demonstração dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	2.1.1.1	-	-	53.963	68.739
Outras receitas operacionais	2.1.1.2	-	-	3.721	4.307
Custo dos serviços	2.1.2	-	-	(48.425)	(47.934)
Resultado bruto		-	-	9.259	25.112
Despesas operacionais					
Despesas Administrativas	2.1.2	(114)	(94)	(3.397)	(3.456)
Resultado das participações societárias	2.3.3	(16.621)	(2.643)	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		(16.735)	(2.737)	5.862	21.656
Despesas Financeiras		(2)	-	(30.567)	(29.009)
Receitas Financeiras		1.042	964	16.942	11.197
Resultado Financeiro	2.1.3	1.040	964	(13.625)	(17.812)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(15.695)	(1.773)	(7.763)	3.844
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(280)	(266)	(8.212)	(5.883)
Prejuízo do exercício		(15.975)	(2.039)	(15.975)	(2.039)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a demonstração dos resultados abrangentes.

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Balço patrimonial (Ativos)

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	6.869	9.142	15.201	15.962
Contas a receber	2.2.4	-	-	15.548	10.977
Adiantamento a Fornecedores		3	3	86	233
Despesas antecipadas		-	-	-	1.332
Impostos a recuperar	2.2.5	211	422	4.034	3.946
Outros ativos	2.2.6	-	-	3.245	2.658
Total ativo circulante		7.083	9.567	38.114	35.108
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	-	-	125.667	111.423
Contas a receber	2.2.4	-	-	2.425	1.047
Outros ativos	2.2.6	-	-	3.689	1.685
Investimentos	2.3.3	214.791	228.527	-	-
Imobilizado	2.3.1	-	-	353.309	367.280
Intangível	2.3.2	-	-	9.396	10.009
Total ativo não circulante		214.791	228.527	494.486	491.444
Total do ativo		221.874	238.094	532.600	526.552



Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Balço patrimonial (Passivo e Patrimônio Líquido)

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	2.2.7	19	3	5.197	6.362
Empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	24.391	18.501
Debêntures	2.2.9	-	-	11.598	8.491
Obrigações fiscais e trabalhistas		7	268	4.418	2.624
Contas a pagar - partes relacionadas	5.1	-	-	850	658
Penalidades contratuais	2.2.10	-	-	54.695	44.650
Passivo de arrendamentos	2.2.11	-	-	514	454
Total passivo circulante		26	271	101.663	81.740
Não circulante					
Debêntures	2.2.9	-	-	31.602	41.242
Empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	126.819	143.809
Penalidades contratuais	2.2.10	-	-	37.429	8.996
Passivo de arrendamentos	2.2.11	-	-	7.786	7.948
Obrigações pela desmobilização de ativos		-	-	5.453	4.994
Total passivo não circulante		-	-	209.089	206.989
Total Passivo		26	271	310.752	288.729
Patrimônio Líquido	2.4				
Capital social		243.351	243.351	243.351	243.351
Prejuízo acumulado		(21.503)	(5.528)	(21.503)	(5.528)
Total patrimônio líquido		221.848	237.823	221.848	237.823
Total do passivo e patrimônio líquido		221.874	238.094	532.600	526.552

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	243.351	(3.489)	239.862
Prejuízo do exercício	-	(2.039)	(2.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	243.351	(5.528)	237.823
Prejuízo do exercício	-	(15.975)	(15.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	243.351	(21.503)	221.848

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



Notas explicativas

1 Contexto, base de preparação e outras informações

Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e performance da Companhia durante o exercício.

1.1 Informações gerais

A Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. (Companhia ou Controladora), é uma sociedade por ações constituída em 3 de setembro de 2014 e com sede administrativa e foro jurídico na Rua do Passeio, nº 78, 13º, 14º e 15º andares, CEP 20.021-290, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram em operação de testes em maio de 2017 e em operação em julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações.

As participações societárias diretas e indiretas detidas são as seguintes.

Controlada direta	Consolidação	% Participação 31/12/2025
Votalia São Miguel Do Gostoso Participações S.A.	Integral	100,00%

Controladas indiretas (controladas diretas da controlada Votalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.)	Consolidação	% Participação 31/12/2025
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A	Integral	100,00%
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A	Integral	100,00%

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 1º de julho de 2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000 kW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. Essa alteração na outorga ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Características Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substituição do aerogerador SC-02 da Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

Autorização do Parque Eólico Reduto

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico Carnaúba

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 204 de 5 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



Decreto Nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico São João

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL

Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

Contrato de Energia de Reserva - CER

As controladas firmaram em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92 /MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2035 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento.

O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável.

Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

Capital circulante líquido negativo

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em 31 de dezembro de 2025, mesmo com capital circulante negativo no montante de R\$ 63.549 (R\$ 46.632, em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, assim como de empréstimos e financiamentos e debêntures. Cabe destacar que, embora os contratos de venda de energia elétrica de longo prazo continuem vigentes, os valores registrados no ativo circulante referem-se apenas às receitas já realizadas por competência mensais que serão liquidadas no mês subsequente, não refletindo o valor total contratual a receber ao longo do prazo dos contratos. Nesse sentido, a Administração entende que a Companhia dispõe de estrutura operacional e financeira suficiente para conduzir suas atividades normalmente, sendo as presentes demonstrações financeiras elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 4 de fevereiro de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025



Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional líquida

2.1.1.1 Receita operacional com fornecimento de energia, líquida

O valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos valores a receber da CCEE descontadas dos impostos incidentes na receita. O saldo da receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

Descrição	Consolidado				
	31/12/2025				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Receita bruta de fornecimento - CCEE	24.306	25.437	24.006	24.647	98.396
Penalidade - CCEE	(12.311)	(6.590)	(11.160)	(12.086)	(42.147)
Tributos sobre receita	(488)	(787)	(491)	(520)	(2.286)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	11.507	18.060	12.355	12.041	53.963

Descrição	31/12/2024				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
	Receita bruta de fornecimento - CCEE	23.285	24.429	22.960	23.664
Penalidade - CCEE	(6.843)	(3.066)	(5.590)	(7.495)	(22.994)
Tributos sobre receita	(602)	(780)	(634)	(589)	(2.605)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	15.840	20.583	16.736	15.580	68.739

As penalidades apuradas para o exercício totalizam um montante de R\$ 42.147 (Nota 2.2.10), sendo majoritariamente composta por:

- Reduto: R\$ 8.460 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 8.836 referente a penalidade anual corrente apurada para o 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026), (R\$ 1.161) referente ao ressarcimento apurado para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 19 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022) e a reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 3.563) e penalidade quadrienal corrente de (R\$ 248).
- Santo Cristo: R\$ 3.774 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 4.770 referente a penalidade anual corrente do 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026) e R\$ 272 referente a penalidade quadrienal apurada para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 14 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022) e a reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 1.407) e penalidade quadrienal corrente (R\$ 800).
- Carnaúba: R\$ 6.444 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 7.296 referente a penalidade anual corrente do 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026); R\$ 23 referente a penalidade quadrienal apurada para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 18 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022) e a reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 2.194) e penalidade quadrienal corrente de (R\$ 394).

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

- São João: R\$ 8.456 referente a penalidade anual finalizada do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025), R\$ 8.026 referente a penalidade anual corrente apurada para o 4º ano do 3º quadriênio (julho/2025 a junho/2026); (R\$ 492) referente ao ressarcimento apurado para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026) e R\$ 16 referente ao recálculo da penalidade contratual do 4º ano do 2º quadriênio (julho/2021 a junho/2022) e a reversão da provisão de penalidade anual corrente registrada em dezembro/2024 de (R\$ 3.328) e penalidade quadrienal corrente de (R\$ 560).

2.1.1.2 Outras receitas operacionais

Descrição	<u>Consolidado</u>				
	31/12/2025				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Outras receitas operacionais	1.657	925	1.598	1.788	5.968
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(564)	(319)	(627)	(737)	(2.247)
Total de outras receitas operacionais, líquida	1.093	606	971	1.051	3.721

Descrição	31/12/2024				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
	Outras receitas operacionais	987	953	1.352	1.015
Total de outras receitas operacionais, líquida	987	953	1.352	1.015	4.307

Saldo do exercício:

- Emissão do documento do valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade dos parques acima do previsto em contrato, sendo eles: Reduto: R\$ 244 registrado em março de 2025, assim como a reversão da provisão em (R\$ 207) realizada no exercício comparativo e R\$ 1.620 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 307 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 680 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024); Santo Cristo: R\$ 99 registrados em março de 2025, assim como a reversão da provisão de (R\$ 84) realizada no exercício comparativo e R\$ 910 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 222 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 731 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024); Carnaúba: R\$ 325 registrados em março de 2025, assim como a reversão da provisão de (R\$ 275) realizada no exercício comparativo e R\$ 1.548 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 645 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 707 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024); São João: R\$ 1.088 registrados em março de 2025, assim como a reversão da provisão de (R\$ 920) realizada no exercício comparativo e R\$ 1.620 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 328 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 687 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024).
- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 2.247) (Reduto (R\$ 564); Santo Cristo (R\$ 319); Carnaúba (R\$ 627); São João (R\$ 737)) a título de provisão para perdas de crédito.

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.1.2 Custos e despesas por natureza

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Serviços	-	(71)	-	(67)
Despesas administrativas gerais	-	(43)	-	(27)
	-	(114)	-	(94)
	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Depreciações e amortizações	(14.991)	-	(14.575)	-
Encargos setoriais	(11.408)	-	(11.202)	-
Serviços de operação e manutenção	(14.243)	-	(13.754)	-
Serviços de operação e manutenção - Partes relacionadas	(6.040)	-	(5.750)	-
Energia comprada para revenda	(35)	-	(23)	-
Seguros	(1.333)	-	(1.301)	-
Aluguel	(375)	-	(429)	-
Outros custos (*)	-	-	(900)	-
Serviços	-	(1.940)	-	(2.023)
Despesas administrativas gerais	-	(1.248)	-	(1.526)
Despesas legais judiciais	-	(67)	-	(218)
Outras despesas	-	(142)	-	311
	(48.425)	(3.397)	(47.934)	(3.456)

(*) Redução majoritariamente composta pela certificação de crédito de carbono registrada no período comparativo.

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.023	952	16.296	10.946
Outras receitas financeiras	19	12	646	251
	1.042	964	16.942	11.197
Despesa Financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(21.756)	(18.471)
Juros sobre debêntures	-	-	(5.843)	(6.606)
Juros sobre passivos de arrendamentos	-	-	(710)	(719)
Ajuste a valor presente	-	-	(459)	(421)
Recalculo de penalidades pagas – provisão/reversão	-	-	-	2.399
Recalculo de penalidades pagas - atualização financeira	-	-	-	(2.189)
Atualização penalidades suspensas	-	-	(1.008)	(2.473)
Outras despesas financeiras	(2)	-	(791)	(529)
	(2)	-	(30.567)	(29.009)
Total de resultado financeiro	1.040	964	(13.625)	(17.812)

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(15.695)	(1.773)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	5.336	603
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	(16.621)	(2.643)
Créditos tributários não constituídos	11.005	1.774
Despesa de IRPJ e CSLL	(280)	(266)
Alíquota efetiva	-2%	-15%
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)	98.396	94.338
Penalidade contratual (Nota 2.1.1)	(42.147)	(22.994)
Base ajustada	56.249	71.344
Outras receitas	-	2.805
Base ajustada (c)	-	2.805
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	4.500	5.708
Presunção contribuição social - 12% (b)	6.750	8.561
Presunção imposto de renda e contribuição social - 32% (c)	-	898
Demais Receitas e Ganhos de capital (d)	18.516	9.444
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)+(d)	23.016	16.050
Imposto de renda: 15%	(3.453)	(2.407)
Adicional de Imposto de Renda: 10%	(2.205)	(1.509)
Total IRPJ	(5.658)	(3.916)
Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)+(d)	25.266	18.005
Contribuição social: 9%	(2.274)	(1.701)
Total de CSLL	(2.274)	(1.701)
Total IRPJ e CSLL	(7.932)	(5.617)
IRPJ e CSLL Controladora	(280)	(266)
Total IRPJ e CSLL	(8.212)	(5.883)

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.869	9.142	15.201	15.962
Contas a receber	-	-	17.973	12.024
Títulos e valores mobiliários	-	-	125.667	111.423
Outros ativos	-	-	6.934	4.343
Total ativos financeiros	6.869	9.142	165.775	143.752
Passivos financeiros				
Fornecedores	(19)	(3)	(5.197)	(6.362)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(151.210)	(162.310)
Debêntures	-	-	(43.200)	(49.733)
Passivo de arrendamento	-	-	(8.300)	(8.402)
Penalidades contratuais	-	-	(92.124)	(53.646)
Contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	-	-	(850)	(658)
Total de passivos financeiros	(19)	(3)	(300.881)	(281.111)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	6.850	9.139	(135.106)	(137.359)

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários a vista	4	9	23	46
Aplicações financeiras	6.865	9.133	15.178	15.916
	6.869	9.142	15.201	15.962

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário (CDB), ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 101,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Já o CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade variou entre 96,5% e 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Ambas as aplicações são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reserva SPE (1)	83.029	68.395
Serviço da dívida – empréstimo BNDES (2)	11.102	9.924
Serviços de manutenção - O&M (2)	4.348	3.887
Conta centralizadora (3)	5.375	8.405
Reserva Holding (4)	779	-
Reserva Debentures – APL (5)	20.964	20.716
Outras aplicações restritas	70	96
Total	125.667	111.423

A seguir, descrição das principais contas:

(1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.

(2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

(3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.8).

(4) Conta Reserva Especial da Holding: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), destinada à circulação dos recursos provenientes das contas do projeto; do excedente das contas da Holding e/ou depositados pela cedente ou pelas beneficiárias.

(5) Reserva Serviço da Dívida Debêntures: Conta de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), na qual deve conter recursos em montante suficiente para garantir o pagamento da próxima parcela Debêntures.

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,7% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto da seguinte forma:

- Valor a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 8.499 (R\$ 7.989 em 31 de dezembro de 2024) referente à receita fixa de geração de energia eólica. O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

de 45 dias da data do faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1;

- Valor de R\$ 1.654 referente ao ressarcimento anual apurado para o exercício (Nota 2.1.1);
- A rubrica de clientes diversos em R\$ 9.020 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2024) majoritariamente composta pelo valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção, assim como R\$ 2.247 registrados como provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 2.1.1.(b));
- Provisão de R\$ 1.047 referente à indenização adicional junto ao prestador de serviço, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021 na Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE.

Abaixo, é demonstrada a composição do contas a receber consolidado.

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Ativo circulante					
Receita Fixa (*)	2.112	2.229	2.052	2.106	8.499
Ressarcimento (**)	194	-	-	82	276
Cientes diversos	2.170	1.231	2.550	3.069	9.020
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (***)	(564)	(319)	(627)	(737)	(2.247)
Total ativo circulante	3.912	3.141	3.975	4.520	15.548
Ativo não circulante					
Ressarcimento (**)	968	-	-	410	1.378
Outros	-	1.047	-	-	1.047
Total ativo não circulante	968	1.047	-	410	2.425
Total	4.880	4.188	3.975	4.930	17.973
				Ativo circulante	15.548
				Ativo não circulante	2.425

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Ativo circulante					
Receita Fixa (*)	1.970	2.079	1.948	1.992	7.989
Cientes diversos	513	306	920	1.249	2.988
Total ativo circulante	2.483	2.385	2.868	3.241	10.977
Ativo não circulante					
Outros	-	1.047	-	-	1.047
Total ativo não circulante	-	1.047	-	-	1.047
Total	2.483	3.432	2.868	3.241	12.024
				Ativo circulante	10.977
				Ativo não circulante	1.047

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente a provisão de receita variável do contrato CER (Nota 1).

(***) Referente a provisão para perdas de créditos (Nota 2.1.1).

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.8).

2.2.5 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante				
Imposto de Renda - Saldo Negativo	160	112	3.498	3.317
IRRF Aplicação Financeira	51	50	536	379
Outros impostos a recuperar	-	260	-	250
Total de impostos a recuperar	211	422	4.034	3.946

Em 31 de dezembro de 2025 a empresa apresentou o saldo contábil de R\$ 3.338 referente a créditos de saldo negativo de IRPJ dos anos calendários 2018 e 2024. Os saldos referentes aos exercícios de 2022 e 2023 foram restituídos em janeiro e junho/2025 nos valores de R\$ 151 e R\$ 316. Abaixo, é demonstrada a atualização do saldo negativo de imposto de renda:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo de IRPJ 2018	-	-	2.967	2.724
Saldo negativo de IRPJ 2022	3	23	3	173
Saldo negativo de IRPJ 2023	101	89	101	420
Saldo negativo de IRPJ 2024	56	-	427	-
Total	160	112	3.498	3.317

De acordo com a Instrução Normativa 2.055/2021, estes créditos podem ser utilizados por meio de compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ou podem ser objeto de restituição. Em ambos os casos, a recuperação deverá ser feita mediante envio da declaração acessória Perdcomp (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação). Considerando a ausência de débitos de impostos a serem compensados, a sociedade solicitou a restituição dos valores apresentados conforme dispositivo legal supracitado. De acordo com a legislação, o pedido de restituição poderá ser feito no prazo máximo de cinco anos, contados a partir do 1º dia do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do respectivo período de apuração.

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.2.6 Outros ativos

O saldo é composto majoritariamente pelos impostos apurados por competência sobre as penalidades contratuais, no valor de R\$ 5.462. A movimentação está assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Outros impostos - PIS, COFINS, IRPJ, CSLL	3.245	2.648
Outros ativos	-	10
Total ativo circulante	3.245	2.658
Ativo não circulante		
Outros impostos - PIS, COFINS, IRPJ, CSLL	2.217	534
Depósito judicial	1.472	1.151
Total ativo não circulante	3.689	1.685
Total de outros ativos	6.934	4.343

2.2.7 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços	19	3	4.137	3.790
Encargos setoriais	-	-	1.057	984
Outros	-	-	3	193
Seguros (*)	-	-	-	1.395
Total de fornecedores	19	3	5.197	6.362

(*) No primeiro trimestre de 2025, o valor referente aos seguros foi integralmente quitado.

2.2.8 Empréstimos e financiamentos
2.2.8.1 Composição de saldo

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Controlada	Financiamentos				
Reduto	BNDES TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	37.002	39.731
Santo Cristo	BNDES TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	38.799	41.600
Carnaúba	BNDES TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	39.384	42.294
São João	BNDES TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	36.025	38.685
				151.210	162.310
	Total circulante			24.391	18.501
	Total não circulante			126.819	143.809

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

2.2.8.2 Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	162.310	176.154
Juros incorridos	21.756	18.471
Juros pagos	(13.047)	(14.303)
Amortização de principal	(19.809)	(18.012)
Saldo final	151.210	162.310

2.2.8.3 Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2025 o referido índice atingiu o número de 2,17 (2024 – 2,53) conforme apresentado abaixo.

	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	SMG	Total
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	23.619	28.059	19.889	23.960	22.716	118.243
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.412)	(2.574)	(2.600)	(2.338)	-	(9.924)
(-) Conta reserva O & M	(972)	(971)	(972)	(972)	-	(3.887)
(-) Conta reserva Debêntures	-	-	-	-	(20.716)	(20.716)
(A) Caixa inicial da atividade	20.235	24.514	16.317	20.650	2.000	83.716
Ajuste no EBITDA						
Lucro (prejuízo) no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025	(5.007)	588	(5.085)	(4.312)	(2.804)	(16.621)
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.968	2.131	1.781	2.052	-	7.932
(+/-) Resultado financeiro	2.919	2.732	3.657	2.757	2.594	14.665
(+) Depreciação e amortização	3.774	3.798	3.699	3.719	-	14.991
EBITDA ajustado	3.654	9.249	4.052	4.216	(210)	20.967
(-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício líquido de diferimento	(1.794)	(1.731)	(1.648)	(1.823)	-	(6.996)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte de referência	-	(140)	-	-	-	(140)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	1.860	7.378	2.404	2.393	(210)	13.824
(C) Serviço da dívida no ano de referência correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	8.014	8.184	8.523	7.803	12.376	44.900
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,76	3,90	2,20	2,95	n/a	2,17

2.2.8.4 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (36 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1) e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.9 Debêntures

A Companhia emitiu, em março de 2016, R\$ 57.000 em debêntures não conversíveis em ações,

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2028, junto ao Itaú Unibanco S.A. As debêntures não estão sujeitas à resgate antecipado, total ou parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sempre, no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Ao final de cada período de capitalização, será calculado em regime de capitalização de acordo com a fórmula:

$$J = VNa * (\text{Fator Juros} - 1)$$

J - Valor unitário dos juros Remuneratórios devidos ao final de cada período de capitalização, calculando com 8 casas decimais sem arredondamento;

VNa - Valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, calculando com 8 casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros - fator juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurados da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right]^{\frac{DP}{252}}$$

As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de empréstimo feitos pelo Grupo SMG junto ao BNDES, sendo que a Companhia ofereceu as garantias para obtenção dos empréstimos.

Os valores recebidos referentes às Debêntures foram repassados para suas controladas através de aumento de capital, sendo uma parte destinado à formação de capital social e outra parte destinado à formação de Reserva de Capital, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária aprovada em 15 de setembro de 2016.

2.2.9.1 Composição de saldo

					Consolidado	
		Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Controlada	Financiamentos					
Votalia São Miguel do Gostoso Participações S.A	BNDES	IPCA + 8,19% a.a	Real	08/03/2016 – 15/12/2028	43.200	49.733
					43.200	49.733
Total circulante					11.598	8.491
Total não circulante					31.602	41.242

2.2.9.2 Movimentação das debêntures, nos exercícios

			Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial			49.733	52.894
Juros incorridos			5.843	6.606
Juros pagos			(3.776)	(4.175)
Amortização de principal			(8.600)	(5.592)
Saldo final			43.200	49.733

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.10 Penalidades contratuais**

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio e, como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento.

O desempenho dos parques no segundo quadriênio (jul.2018 - jun.2022) foi objeto de revisão do montante de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, os parques passaram a ter de energia contratual para o período que compreende julho 2022 a junho 2026 os MWmédios abaixo listados:

- Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A: 13,1 MWmédios, montante 3,3% inferior quadriênio anterior (13,6 MWméd).
- Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A: 13,7 MWmédios, montante 6,1 % inferior quadriênio anterior (14,6 MWméd).
- Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A: 13,0 MWmédios, montante 1,1% inferior quadriênio anterior (13,1 MWméd).
- Usina de Energia Eólica São João SPE S.A: 13,3 MWmédios, montante 5,0% inferior quadriênio anterior (14,0 MWméd).

Diante disso, houve uma redução na receita fixa para o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual poderá retornar ao volume originalmente contratado no leilão a partir do início do quarto quadriênio.

Em 31 de dezembro de 2025 os valores de penalidades estão assim demonstrados:

- Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A registra um valor de R\$ 26.044 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 2.086 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio), R\$ 1.910 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 4.739 referente à penalidade anual do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio), R\$ 8.473 referente à penalidade anual do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio) e R\$ 8.836 referente à penalidade anual corrente do período de julho de 2022 a junho de 2026 (4º ano do 3º quadriênio contratual).

- Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A registra um valor de R\$ 19.406 referente a provisão para penalidades contratuais, R\$ 5.942 referente à penalidade anual do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio), R\$ 2.055 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 2.587 referente à penalidade anual do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio); R\$ 3.780 referente a penalidade anual do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



quadriênio); R\$ 4.770 referente a penalidade anual corrente do período de julho/2025 a junho/2026 (4º ano do 3º quadriênio) e R\$ 272 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

- Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A registra um valor de R\$ 19.829 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 72 (4º ano do 2º quadriênio contratual) correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022, R\$ 1.880 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 4.104 referente à penalidade anual do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio contratual), R\$ 6.454 referente à penalidade anual do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio), R\$ 7.296 referente a penalidade anual corrente do período de julho/2025 a junho/2026 (4º ano do 3º quadriênio) e R\$ 23 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

- Usina de Energia Eólica São João SPE S.A registra um valor de R\$ 26.845 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 3.030 referente às penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio contratual), R\$ 1.967 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 5.353 referente às penalidades anuais do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio), R\$ 8.469 referente às penalidades anuais do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio) e R\$ 8.026 referente à penalidade anual do período de julho de 2025 a junho de 2026 (4º ano do 3º quadriênio contratual).

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos.

Os valores em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Saldo inicial	13.704	15.100	9.153	15.689	53.646
Penalidade contratual - reversão exercício anterior	(3.811)	(2.207)	(2.588)	(3.888)	(12.494)
Recalculo de penalidades pagas - provisão/reversão	20	14	18	16	68
Atualização financeira	204	420	92	256	972
Saldo de pagamento penalidades suspensas – (4º anuênio - julho/2021 a junho/2022)	(710)	(2.033)	(8)	(1.034)	(3.785)
Saldo de pagamento penalidades suspensas – (2º quadriênio - julho/2018 a junho/2022)	(659)	(704)	(601)	(676)	(2.640)
Penalidade contratual - finalizada	8.460	3.774	6.444	8.456	27.134

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Penalidade contratual - em curso	8.836	5.042	7.319	8.026	29.223
Saldo final	26.044	19.406	19.829	26.845	92.124
Passivo circulante	14.535	13.630	10.719	15.811	54.695
Passivo não circulante	11.509	5.776	9.110	11.034	37.429

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
Saldo inicial	7.196	13.002	3.283	10.182	33.663
Penalidade contratual - reversão exercício anterior	(1.071)	(429)	(964)	(853)	(3.317)
Recalculo de penalidades pagas - provisão/reversão	(476)	(1.211)	-	(712)	(2.399)
Recalculo de penalidades pagas - atualização financeira	562	920	-	707	2.189
Atualização financeira	582	904	280	707	2.473
Saldo de pagamento penalidades suspensas – (2º anuênio - julho/2019 a junho/2020)	(1.479)	(2.213)	-	(2.528)	(6.220)
Saldo de pagamento penalidades suspensas – (3º anuênio - julho/2020 a junho/2021)	-	(579)	-	(874)	(1.453)
Penalidade contratual - finalizada	4.579	2.499	3.966	5.172	16.216
Penalidade contratual - em curso	3.811	2.207	2.588	3.888	12.494
Saldo final	13.704	15.100	9.153	15.689	53.646
Passivo circulante	11.081	13.363	7.296	12.910	44.650
Passivo não circulante	2.623	1.737	1.857	2.779	8.996

2.2.11 Passivos de arrendamento

Entre 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Consolidado			31/12/2025
				Atualização contratual	Adições	Transf CP/ LP	
Passivo Circulante	454	-	(464)	-	-	524	514
Passivo Não Circulante	7.948	709	(709)	229	133	(524)	7.786
Total no Passivo	8.402	709	(1.173)	229	133	-	8.300

Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Consolidado			31/12/2024
				Atualização contratual	Adições	Transf CP/ LP	
Passivo Circulante	353	-	(410)	-	-	511	454
Passivo Não Circulante	7.988	718	(718)	366	105	(511)	7.948
Total no Passivo	8.341	718	(1.128)	366	105	-	8.402

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 2.3.1.

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em Operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	490.943	344.494	490.932	357.894
Total do imobilizado em operação	490.943	344.494	490.932	357.894
Bens em operações				
Equipamento de informática	216	121	213	149
Equipamento de comunicação	5	6	-	-
Materiais sobressalentes	1.375	990	1.375	1.068
Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.11)	6.195	6.806	6.195	7.174
Veículos - direito de uso (Nota 2.2.11)	471	127	338	49
Máquinas e equipamentos	1.647	722	1.628	880
Instalações	187	21	187	36
Moveis e utensílios	208	22	205	30
Total dos bens em operações	10.304	8.815	10.141	9.386
Total do imobilizado	501.247	353.309	501.073	367.280

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.8) das controladas diretas estão garantidos por 36 turbinas (9 turbinas de cada empresa) de geração de energia, no montante total de R\$308.719.

2.3.1.1 Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização contratual	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	357.892	-	11	(13.409)	344.494
Total do imobilizado em operação	357.892	-	11	(13.409)	344.494
Bens em operações					
Máquinas e equipamentos	880	-	19	(177)	722
Materiais sobressalentes	1.068	-	-	(78)	990
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.11)	7.174	229	-	(597)	6.806
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.11)	49	-	133	(55)	127
Instalações	36	-	7	(22)	21
Móveis e Utensílios	30	-	-	(8)	22
Equipamento de comunicação	2	-	5	(1)	6
Equipamento de informática	149	-	3	(31)	121
Total dos bens em operações	9.388	229	167	(969)	8.815
Total do imobilizado	367.280	229	178	(14.378)	353.309

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.3.1.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização contratual	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	370.668	-	332	(13.108)	357.892
Total do imobilizado em operação	370.668	-	332	(13.108)	357.892
Bens em operações					
Equipamento de informática	42	-	118	(11)	149
Equipamentos de Comunicação	2	-	-	-	2
Materiais sobressalentes	1.135	-	5	(72)	1.068
Terrenos - direito de uso	7.379	366	-	(571)	7.174
Veículos - direito de uso	-	-	105	(56)	49
Máquinas e equipamentos	900	-	138	(158)	880
Instalações	54	-	-	(18)	36
Moveis e utensílios	39	-	-	(9)	30
Total dos bens em operações	9.551	366	366	(895)	9.388
Total do imobilizado	380.219	366	698	(14.003)	367.280

2.3.2 Intangível

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	14.305	9.394	14.305	10.007
Software	162	2	162	2
Total do intangível em operação	14.467	9.396	14.467	10.009

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

2.3.2.1 Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Intangível em operação	10.007	(613)	9.394
Software	2	-	2
Total do intangível	10.009	(613)	9.396

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



2.3.2.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	10.579	(572)	10.007
Software	2	-	2
Total do intangível	10.581	(572)	10.009

2.3.3 Investimentos

2.3.3.1 Informações financeiras sobre a controlada direta

	Ações (mil)		% Participação	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	
Companhias	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social Integralizado	Capital Votante
Votalia São Miguel Do Gostoso Participacoes S.A.	238.946	236.061	100%	100%
Total de Investimento	238.946	236.061	100%	100%

	Total do ativo		Total do passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Companhias				
Votalia São Miguel Do Gostoso Participacoes S.A.	258.021	278.273	43.230	49.746
Total de Investimento	258.021	278.273	43.230	49.746

	Patrimônio Líquido		Resultado do Período	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Companhias				
Votalia São Miguel Do Gostoso Participacoes S.A.	214.791	228.527	(16.621)	(2.643)
Total de Investimento	214.791	228.527	(16.621)	(2.643)

Companhias	Saldo em 31/12/2024	Equivalência	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2025
Votalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.	228.527	(16.621)	2.885	214.791
	228.527	(16.621)	2.885	214.791

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma


2.3.3.2 Movimentações no exercício comparativo

Companhias	Saldo em 31/12/2023	Equivalência	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2024
Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.	230.339	(2.643)	831	228.527
	230.339	(2.643)	831	228.527

2.3.3.3 Informações financeiras sobre as controladas indiretas

Companhias	Ativos Totais		Passivos (Circulantes e Não Circulantes)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.				
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	115.557	114.161	65.463	57.333
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	126.089	122.814	70.673	60.526
Usina de Energia Eólica São João S.A.	124.660	122.044	69.415	60.632
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	131.230	131.726	62.081	61.005
Total Investimento	497.536	490.745	267.632	239.496

Companhias	Patrimônio Líquido		Receitas Líquida	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	30/09/2024
Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.				
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	50.114	56.828	13.326	18.088
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	55.416	62.288	12.600	16.827
Usina de Energia Eólica São João S.A.	55.245	61.412	13.092	16.595
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	69.149	70.721	18.666	21.536
Total Investimento	229.924	251.249	57.684	73.046

Companhias	Resultado do Período	
	31/12/2025	31/12/2024
Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.		
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	(5.085)	72
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	(5.007)	(690)
Usina de Energia Eólica São João S.A.	(4.312)	(625)
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	588	3.205
Total Investimento	(13.816)	1.962

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025



Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Companhias	31/12/2024	Aumento de capital	Equivalência	Dividendos	Resgates de ações (a)	31/12/2025
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	56.828	719	(5.085)	-	(2.348)	50.114
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	62.288	719	(5.007)	-	(2.584)	55.416
Usina de Energia Eólica São João S.A.	61.412	719	(4.312)	-	(2.574)	55.245
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	70.721	728	588	(140)	(2.748)	69.149
Total	251.249	2.885	(13.816)	(140)	(10.254)	229.924

(a) Refere-se a resgates de ações ocorridos por meio de aplicação de reserva de capital, sem redução de capital social da Companhia.

2.4 Patrimônio líquido

2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia é de 243.351.211 (duzentos e quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e onze) ações sem valor nominal e tem a seguinte distribuição em 31 de dezembro de 2025:

	Quantidade quotas	%	Valor	%
Votalia Energia do Brasil S.A	60.674.713	24,93%	60.675	24,93%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	119.242.093	49,00%	119.242	49,00%
Votalia SA	63.434.405	26,07%	63.434	26,07%
Total	243.351.211	100%	243.351	100%

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de reservas de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A companhia não apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025.

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Depreciação e amortização do ativo fixo**

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão para perda/ ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Reconhecimento de sinistro

A companhia realiza o reconhecimento de receita com sinistros, quando aplicável, apenas após a análise e aprovação da seguradora responsável pelo sinistro. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade. A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Conselho de Administração.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025



Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração das usinas foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	19	-	-	-	19
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	3	-	-	-	3
Consolidado					

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**


Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	5.197	-	-	-	5.197
Empréstimos e financiamentos	24.391	21.768	77.321	27.730	151.210
Debêntures	11.598	13.282	18.320	-	43.200
Partes relacionadas - contas a pagar	850	-	-	-	850
Partes relacionadas - dividendos	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	514	514	1.542	5.730	8.300
Penalidades contratuais	54.695	37.416	13	-	92.124
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	6.362	-	-	-	6.362
Empréstimos e financiamentos	18.501	19.507	69.600	54.702	162.310
Debêntures	8.491	10.969	30.273	-	49.733
Partes relacionadas - contas a pagar	658	-	-	-	658
Partes relacionadas - dividendos	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	454	454	1.362	6.132	8.402
Penalidades contratuais	44.650	6.994	2.002	-	53.646

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

A Companhia São Miguel do Gostoso não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias.

As suas sociedades controladas são parte de processos tributários, para os quais são constituídas provisões quando há uma provável saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados.

As suas sociedades controladas possuem os seguintes processos:

- Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 3.156 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento.
- Ação anulatória de risco possível no montante de R\$ 395 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em função do não atendimento ao Relatório Anual de Perturbação.

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



- Ação anulatória de risco possível no montante de R\$ 785 referente a reclamação trabalhista devido ao reconhecimento de responsabilidade subsidiária.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltaia como segue.

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Passivo - Contas a pagar	Resultado (Serviços)	Passivo - Contas a pagar	Resultado (Serviços)
Circulante				
Voltaia Energia do Brasil Ltda	408	(4.928)	453	(4.720)
Voltaia Serviços do Brasil Ltda	442	(1.112)	205	(1.100)
Total	850	(6.040)	658	(5.820)

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da acionista majoritária no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
REDUTO	SEGURO GARANTIA CCT	30/09/2025 a 30/09/2026 - ZURICH	970
REDUTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE	184.230
REDUTO	SEGURO RESP. CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026- AXA	17.686
SANTO CRISTO	SEGURO GARANTIA CCT	30/09/2025 A 30/09/2026 - ZURICH	970
SANTO CRISTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2025 A 13/12/2027 – SWISS RE	186.948
SANTO CRISTO	SEGURO RESP. CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - AXA	20.896
CARNAÚBA	SEGURO GARANTIA CCT	30/09/2025 a 30/09/2026 - ZURICH	915
CARNAÚBA	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2025 A 13/12/2027 – SWISS RE	184.067
CARNAÚBA	SEGURO RESP. CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - AXA	18.055
SÃO JOÃO	SEGURO GARANTIA CCT	30/09/2025 a 30/09/2026 - ZURICH	970
SÃO JOÃO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2025 A 13/12/2027 – SWISS RE	184.960
SÃO JOÃO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/2024 A 28/11/2026 - AXA	18.235

6 Principais práticas contábeis adotadas

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação**6.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro**Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8 % e 12 % da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100 %, respectivamente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**6.8 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a

Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

Votalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma



IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025 o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas

* * *

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretora Geral

Diana Paula Amaral Navas

Diretor Administrativo Financeiro

Adriano Fedalto

Conselho de Administração

Bernardo Grillo Hoelz

José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva

Mauro Jose Bubniak

Contador

Ricardo César Gonçalves

CRC RJ 109527/O-7

Fale conosco

Brasil

Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@votalia.com



www.votalia.com     